

# Paz e globalização entre Justiça e Perdão: perspectivas educativas\*

*Carlo Nanni*

---

Doutor em Filosofia da Educação pela Universidade de “La Sapienza” de Roma  
Diretor da Faculdade de Ciências da educação da Universidade Pontificia Salesiana de Roma

Na busca da paz, os movimentos pacifistas, os organismos internacionais e os investigadores dos “Peace Studies”, sempre concordaram em colocar em foco o “recurso” educativo. Mas é também verdade que a educação para a paz, desde quando foi proclamada e praticada como “disciplina educativa”, isto é, a partir da década de 20, recebeu vários nomes e, com o correr dos anos, manteve contatos diferenciados, com aquela realidade tão polissêmica que é a paz (ausência de guerra, harmonia dinâmica, não-violência, equidade, justiça, desenvolvimento, solidariedade, “interculturalidade”...)<sup>1</sup>.

Hoje, depois do dia 11 de setembro de 2001, isto é, depois da derrubada “terrorística” das duas Torres Gêmeas de Nova Iorque e da ala do Pentágono, ela (a paz) parece dever lidar com o terrorismo. Antes, porém, ela pede para ser pensada dentro daquele fenômeno vasto e articulado que está sob o nome genérico de globalização. Muitas pessoas, na verdade, afirmam que, para superar o terrorismo, é necessário imprimir na globalização uma forte caracterização de justiça em nível mundial. A paz, portanto, está

---

\* Título do original italiano: “Pace e globalizzazione tra giustizia e perdono: prospettive e educative”. Publicado em *Salesianum*, Roma, ano LXIV, n. 2, p. 335-354, abr./jun. 2002. Tradução de Júlio Comba.

ligada e é vista como consequência e fruto da justiça sócio-econômica. Todavia, neste artigo, procuraremos provar que há também outro percurso, quase contrário, isto é, colocaremos todo o empenho para apresentar a paz como condição do desenvolvimento justo. Isso é possível graças ao perdão, pois o perdão “apazigua” e permite que todos juntem suas forças em favor da justiça, no sentido que uma “paz feita” estimula todos a tornarem real a justiça social, interna e internacional.

Baseados nesses princípios, procuraremos indicar algumas perspectivas educativas, que sejam pontos de apoio para se obter uma paz justa e duradoura.

## **1. Globalização, um fenômeno complexo**

Como sabemos, a palavra globalização é um neologismo, que começou a ser usado há poucos anos. Engloba em si os termos de internacionalização e mundialização, de interdependência e de solidariedade. Como todas as palavras criadas pelas circunstâncias, indica, ao mesmo tempo, um fato e um princípio (que se refere ao mercado mundial, à economia e às finanças internacionais, à colaboração entre os povos), que se apresenta carregado de expectativas e de interpretações, de esperanças e de medos, de mitos e de demonizações, de juízos cheios de otimismo ou penetrados pelo mais feroz pessimismo<sup>2</sup>.

Todos conhecem as “ambivalências” do fenômeno.

A globalização pode trazer o aumento da eficiência e o incremento da produção (portanto, o aumento dos bens de consumo, favorecendo o acesso a esses bens). Pode reforçar o processo de unidade dos povos e prestar um serviço melhor à família humana. A paz e a possibilidade de uma vida melhor para todos parecem estar “faiscando” no horizonte da globalização. Mas enquanto a globalização está ligada às leis do mercado, aplicadas conforme as leis dos poderosos, impele a dar valores absolutos à economia, ameaça tornar crônico o desemprego e diminuir ou deteriorar as

qualidades de certos serviços públicos; pelo açambarcamento dos recursos ameaça destruir o equilíbrio dos ecossistemas; faz aumentar a diferença entre ricos e pobres numa competição injusta que coloca as nações pobres sempre mais embaixo; imprime na vida quotidiana ritmos sempre mais artificiais e cria necessidades quase só hedonísticas, que muitas vezes são destrutivas e alienantes.

### *1.1. A interdependência como fato e como problema*

Num discurso recente, o ex-presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton<sup>3</sup>, pergunta a si mesmo se “para o gênero humano, a idade da interdependência seja um bem ou um mal”. E procura responder, declarando: “A resposta depende de vários fatores: do fato de nós, que pertencemos às nações ricas, difundirmos as vantagens e reduzirmos as tribulações do mundo de hoje; do fato de as nações pobres realizarem as mudanças necessárias para tornarem possível o progresso; do fato de nós todos chegarmos a saber desenvolver um nível de consciência tão elevado que chegue a compreender quais sejam as nossas obrigações e as nossas necessidades recíprocas”<sup>4</sup>.

Recorda que a interdependência sócio-cultural (por ele considerada como a categoria “portante” ou, poderíamos dizer, “a alma” da globalização) é uma afirmação antiga. A humanidade comum, a exigência da solidariedade, a interdependência mútua são fatos que filósofos e teólogos apresentam como uma realidade e como uma virtude que deve ser cultivada. Também nos discursos dos políticos, ela é usada como argumento para a criação de uma organização internacional de paz. Pense-se em Kant e no seu ideal, tipicamente “iluminístico”, da paz perpétua; pense-se na “Introdução” da *Declaração dos direitos humanos* exigida pelas Nações Unidas, no fim da segunda guerra mundial. Mas Clinton nota que “o povo hoje considera a paz perpétua como realidade já adquirida, porque a interdependência penetra em todos os aspectos da nossa vida. Vivemos num mundo, onde os muros foram abatidos, as distâncias foram abolidas, a informação foi generalizada”. No

seu modo de pensar, até “os ataques terrorísticos do dia 11 de setembro foram uma manifestação de globalização e de interdependência, tanto quanto a explosão do crescimento econômico”<sup>5</sup>.

### *1.2. A interdependência estrutural entre globalização e novidades científico-tecnológicas e socioculturais*

Por outro lado, o juízo sobre a globalização pode ser diferente se for visto pelo observatório dos países ricos ou pelo dos países pobres, sobretudo se a globalização é observada ou, por assim dizer, é analisada, na sua estreita interdependência estrutural, com outros fatores de natureza “técnico-científica” e sociocultural, que apareceram neste último decênio<sup>6</sup>.

Como nota o próprio Clinton, que vive num país rico e é otimista, é evidente que a economia global tornou mais ricos os países ricos e, nos últimos trinta anos, tirou da pobreza mais pessoas do que em qualquer outro período da história. Os países pobres, que optaram por um desenvolvimento aberto, cresceram duas vezes mais rapidamente que os países que mantiveram fechados os seus mercados. A explosão das novas tecnologias da informação aumenta a produtividade e a comunicação cultural. As descobertas em andamento no mundo científico, particularmente nas ciências biológicas (pense-se, por exemplo, nas descobertas relativas ao mapa “genômico” humano), não são menos importantes do que as de Newton e Einstein, especialmente no que se refere à saúde e às expectativas de vida. A explosão da democracia, da tutela dos direitos dos indivíduos e das comunidades, dos homens e do ambiente, como também a livre circulação das pessoas e das idéias parecem demonstrar claramente que povos de origem diversa (étnica, lingüística, cultural e religiosa), com sistemas de convicções diversas (mas com organizações políticas de acordo com os ideais democráticos) podem viver e trabalhar juntos com vantagens para todos.

Por outro lado, quem provém de um país pobre ou quem é pessimista é levado a dizer que a economia global é o problema, não a solução. Como dizia Clinton<sup>7</sup>, metade da população mundial vive com menos de dois dólares por dia. Um bilhão de pessoas vive com menos de um dólar por dia. Um bilhão de pessoas, todas as noites, vai dormir com fome. Um quarto da população do mundo nunca toma um copo de água limpa. Cada minuto uma mulher morre de parto. A população mundial, segundo as estimativas, aumentará cinquenta por cento nos próximos cinquenta anos, e, quase cem por cento, nos países mais pobres e menos capazes de favorecer o crescimento. Apesar do crescimento econômico e, talvez, exatamente por causa dele, somos destinados a ser destruídos por uma crise ambiental. Os oceanos, que nos fornecem a maior parte do oxigênio, estão rapidamente se deteriorando. Há uma drástica carência de água. E o efeito “estufa” completará a devastação. A crise sanitária é realmente “global”. Cada ano, uma pessoa entre quatro morre de Aids, de malária, de tuberculose e de infecções ligadas à diarreia, e quase todas essas pessoas são crianças que nunca tomaram um copo de água limpa. Só de Aids morreram vinte e dois milhões de pessoas e trinta e seis milhões contraíram o vírus. Nos próximos cinco anos, por falta de medidas preventivas, se prevêem outros cem milhões de casos. E também para aquelas pessoas que estão bem, a globalização poderia engendrar ansiedade, insegurança, sentido de relativismo e de angústia, de depressão e de escurecimento dos valores da existência ou até provocar reações de intolerância da diversidade, aumento de racismo, agressividade indiscriminada ou fugas para o mundo da droga, do esoterismo, do misticismo anti-social.

## **2. O terrorismo**

Os pensamentos de todos, no Ocidente, hoje estão voltados para o terrorismo. Não há desculpas para o massacre planejado de civis inocentes por motivações políticas, religiosas ou econômicas.

### *2.1. O direito de defender-se do terrorismo*

O terrorismo aparece como um atentado contra a paz. O terror circula há muito tempo. Não é de hoje. Todavia o terrorismo internacional, especialmente depois da guerra fria, se transformou numa rede sofisticada de conivências políticas, técnicas e econômicas, que transpõe as fronteiras nacionais e se estende até abarcar o mundo inteiro. Como escreveu o Papa na sua mensagem de início do ano<sup>8</sup>, “trata-se de verdadeiras organizações, freqüentemente dotadas de ingentes recursos financeiros, que elaboram estratégias de grande alcance, golpeando pessoas inocentes, de modo nenhum envolvidas nas perspectivas que os terroristas procuram atingir”. Em suas ações contra pessoas inermes, “manifestam, de maneira assustadora, o instinto de morte que as alimenta”. O terrorismo não só engendra morte e terror, isolamento, fechamento ou desconfiança generalizada, mas também, reações de vingança e de desforra numa trágica espiral de violências e mais violências, que envolve massas e até gerações diversas, as quais herdam assim o ódio que dividiu os antepassados. O Papa afirma com vigor que “o terrorismo se funda no desprezo da vida do homem [...]. O terrorismo não só dá origem a crimes intoleráveis, mas constitui ele mesmo, pelo fato de usar o terror como estratégia política e econômica, um verdadeiro crime contra a humanidade”. Portanto, afirma o Papa, “existe [...] um direito para defender-se do terrorismo”. Mas ele adverte logo que se trata de um direito “que deve, como qualquer outro (direito), obedecer a regras morais e jurídicas na escolha dos objetivos e dos meios. A identificação dos culpados deve ser devidamente provada, porque a responsabilidade penal é sempre pessoal. Portanto, não pode ser estendida às nações, às etnias, às religiões, às quais pertencem os terroristas”.

### *2.2. A guerra não é uma resposta ao terrorismo*

Os que simpatizam com o terrorismo não fazem isso porque querem destruir o mundo, mas porque acreditam que o terrorismo é

um remédio extremo contra a injustiça que muitos povos devem sofrer da parte de outros. Os terroristas não são delinquentes comuns que cometem ações criminosas por interesses individuais: eles se consideram pessoas que combatem por uma causa “justa” por excelência, tanto na esfera civil, quanto na esfera ideológica ou até “religiosa”. A violência deles é realizada como “parteira da história”, poderíamos dizer repetindo a famosa fórmula de Marx-Engels. Querendo participar de um amanhã melhor e mais justo, colocam-se nos braços do terrorismo, pois não acharam nenhuma outra porta aberta.

Evidentemente, as injustiças que existem no mundo não podem nunca ser usadas como motivo necessário e suficiente para justificar os atentados terrorísticos. Muito pelo contrário, entre as vítimas do desabamento radical da ordem, como desejam os terroristas, estariam exatamente presentes os milhões de homens e mulheres e muitos povos do mundo, que não teriam nada que lucrar do caos global, econômico e político. Assim, como diz o Papa, “a pretensão dos terroristas de agirem em nome dos pobres é uma evidente falsidade”<sup>9</sup>.

Apesar disso, é difícil concordar com o caminho da guerra “indefinida” que o presidente Bush e seus aliados querem, em vez da ação internacional de polícia. Além do alto preço da destruição de cidades inteiras, de imensas pobreza provocadas, da morte de milhares e milhares de “pobres cristos” inocentes e sem armas (entre eles muitos menores), corre-se o risco de reavivar, em vez de destruir o terrorismo que se quer debelar. Muita gente das classes populares, em porcentagens cada vez mais altas em muitos países do Ocidente, percebe sempre mais conscientemente que “a guerra não é uma resposta ao terrorismo” (como declarou Bárbara Lee, única parlamentar do congresso americano que votou contra a resolução de Bush). A guerra sempre corre o risco de ser, como no passado, uma maldição para todos. O Papa, em muitas ocasiões, manifestou a sua profunda convicção a respeito das questões controversas, afirmando que devem ser resolvidas, não recorrendo às armas, mas usando os meios pacíficos da tratativa e do diálogo.

Poder-se-ia até pensar que a estratégia antiterrorista do presidente Bush, exatamente pelo seu belicismo e imperialismo de fundo, é coisa velha: pertence ao pior passado do Ocidente, que produziu o colonialismo, as duas guerras mundiais e multiplicou guerras locais em todo o mundo, e as prolonga no futuro, porque também o restabelecimento da paz e da democracia é considerado conforme “lógicas” que não questionam o imperialismo “neocapitalístico” e, somando tudo, neocolonialista. Usando termos psicológicos, isso faz pensar naquela “coação” que nos obriga a repetir que o certo é exatamente o contrário da “pró-atividade”, isto é, o contrário da resposta consciente e adequada, além da “botta e risposta” (explicação imediata), que deveria ser típica dos comportamentos dignos do homem. A própria operação da polícia internacional contra o terrorismo, como atividade “internacional”, encontraria mais plausibilidade, se fosse realizada pela ONU (que, efetivamente seria uma soberania política mundial), porque se respeitaria mais o caráter “internacional” e o interesse de todos com relação a uma solução pacífica dos problemas postos pelo **terrorismo**.

### **3. A justiça para a paz**

Em todo caso, a iniciativa militar, seja de que tipo for, deverá ser acompanhada pela iniciativa política, econômica, diplomática e de promoção humana e cultural. Neste sentido a “colaboração internacional, na luta contra a atividade terrorística, deve ter também um empenho particular no plano político, diplomático e econômico para resolver, com coragem e “determinação”, as eventuais situações de opressão e de exclusão, que estivessem na origem dos planos terrorísticos. O “recrutamento” dos terroristas, na verdade, é mais fácil nos contextos sociais, em que os direitos são conculcados e as injustiças são toleradas durante tempos excessivamente longos”<sup>10</sup>.



### *3.1. Acabar com a injustiça*

A resposta militar ao terrorismo será sempre insuficiente, se não se tirarem as causas que tornam, para alguns, “atraente” este ataque de destruição e de morte contra a vida das pessoas e contra a civilização da humanidade de qualquer cultura, raça ou religião. Como foi dito, enquanto existirem as injustiças entre os povos, a ameaça do terrorismo dificilmente haverá de diminuir. O terrorismo se combate, se houver empenho para vencer a fome no mundo, para o desenvolvimento justo e sustentável de todos, para impedir as divisões “dominativas” entre os povos, para favorecer a cultura de todos e a promoção humana e civil de cada um.

Bill Clinton<sup>11</sup>, no artigo supracitado, declara partilhar a opinião de que “não se possa ter um sistema de comércio global sem uma política econômica global, sem uma política sanitária global, sem uma política educativa global, sem uma política ambiental global e sem uma política de segurança global”. E continua dizendo que é preciso “criar maiores oportunidades para quem foi postergado pelo progresso, reduzindo as fontes do potencial terrorístico por meio de um incremento dos potenciais de parceria”. Em concreto, dever-se-á procurar promover maiores oportunidades econômicas e contribuir para diminuir a pobreza, e, antes ainda, de reduzir a “dívida pública”, talvez, como já se fez em algum caso, com a condição (e somente com esta condição) que se destine o dinheiro (que provém da redução da dívida pública) à educação, à assistência sanitária ou a projetos de desenvolvimento. Clinton faz notar que um ano de escola corresponde entre dez e vinte por cento a mais do que a renda de uma pessoa em um país pobre. Há cem milhões que nunca vão à escola, a metade na África subsaariana [...]. Com relação aos custos, mandar para a escola cem milhões de crianças no mundo é uma proposta mais econômica do que combater uma nova geração de terroristas. E isso é possível [...]. A guerra no Afeganistão custa aos Estados Unidos mais de um bilhão de dólares por mês. Com doze bilhões de dólares por ano a América (=USA) poderia pagar muito mais do que a própria cota em cada um dos programas por mim mencionados.

### *3.2. Promover a democracia interna e internacional*

Além disso, seria preciso obrigar os países “devedores” a fazer progredir a democracia, os direitos humanos e o bom governo. Geralmente as democracias não “financiam” o terrorismo organizado, e é mais provável que respeitem os direitos humanos. Isso em nível nacional, mas também no nível de uma economia política mundial, efetivamente participada, democrática e solidária. De fato deve-se notar que, também em nível econômico, a internacionalização da empresa, a mundialização do mercado, a globalização da economia - como se afirma com ênfase no protesto da antiglobalização - levam a uma concentração do poder econômico (acima do próprio poder público), onde não é mais possível nem o controle, nem a orientação “projetual” dos cidadãos e da “*communitas*” civil e política, local, nacional e internacional (grupos de cidadãos, organizações civis, parlamentos locais, nacionais, União Européia, Organizações continentais, Nações Unidas, Fundo monetário internacional, Organização Mundial do Comércio etc.). Isto é, corre-se o risco de que tal poder se concentre só nas mãos de alguns, que impõem a sua vontade ao “povo”, aos “políticos”, às organizações de direito internacional. Eis porque é necessária uma “cultura” das “regras” aceitas por todos e elaboradas democraticamente, voltadas para a busca do bem comum, inspiradas na solidariedade, dirigidas à realização de um “desenvolvimento sustentável”, justo e realmente possível no presente e no futuro<sup>12</sup>.

## **4. O modo bom de agir pela paz: o perdão**

Mas a Doutrina Social da Igreja recorda também que a globalização, no bem e no mal, traz impresso o selo do homem, e faz ver, de todos os lados, a radical limitação e ambivalência de qualquer ação e de qualquer “produção” humana, começando da ação política, dando a devida importância à ação econômica e diplomática. O terrorismo, de certa maneira, pôs em discussão a

pretensa segurança [*assolutezza*] (talvez excessivamente “ocidental-moderna”), da organização político-econômica mundial, que parecia ter-se definitivamente consolidado com a queda do muro de Berlim e com o fim do comunismo soviético. Mas, por sua vez, contrapôs-se (a essa “pretensa segurança” ocidental), com a mesma modalidade, igualmente absolutizada, a organização fundamentalista, contra a qual reagiram o povo dos Estados Unidos e o da maioria das nações do Ocidente.

#### *4.1. O apelo ao perdão*

Com relação às intervenções anteriores, nas quais a paz era ligada à justiça, na sua mensagem do início do ano, o Papa enfatizou a estreita ligação entre justiça e perdão (= “não há paz sem justiça; não há justiça sem perdão”).

O Papa insistiu dizendo que, sob o ponto de vista religioso cristão, o perdão tem o seu termo de confronto no amor de Deus, que nos acolhe, apesar de nossos pecados, e tem o seu modelo supremo no perdão e no amor de Cristo também para com os seus crucificados.

Mas (o Papa) fez notar também a razoabilidade do perdão. A necessidade do perdão encontra o seu ponto de referência na limitação do erro, do mal e do pecado, à qual se pode juntar a consciência da fragilidade própria e dos outros, o desejo da compreensão e do perdão, a esperança de poder recomeçar um percurso de vida e de não continuar prisioneiro para sempre dos próprios erros e das próprias culpas, a intuição do direito pessoal ao futuro e da sua possível diferença, diversidade alternativa e novidade com relação ao passado e ao presente<sup>13</sup>. Isso vale tanto para os indivíduos quanto para os grupos sociais. “As famílias, os grupos, as nações, a própria comunidade internacional precisam abrir-se ao perdão para recompor as ligações interrompidas, para superar situações de estéril condenação mútua, para vencer a tentação de excluir os outros, não lhes concedendo a possibilidade de recorrer. A capacidade de perdão está na base de todo projeto para uma

sociedade mais justa e solidária.<sup>147</sup> Onde não existe o perdão, só está presente a continuação dos conflitos, com enormes dificuldades para o desenvolvimento dos povos e para inteiras gerações. “Os recursos são empregados para sustentar a corrida aos armamentos, as despesas das guerras, as conseqüências das represálias econômicas.

Assim acabam faltando as disponibilidades financeiras necessárias para produzir desenvolvimento, paz, justiça.”<sup>15</sup>

#### *4.2. O apelo ao bom coração*

Mas talvez seja preciso aprofundar o próprio discurso do Papa, procurando buscar a íntima profundidade (deste discurso). O apelo ao perdão impele não só a praticar a justiça, mas, bem antes, estimula para chegar ao “coração” do homem, onde não só é possível verificar a diferença entre “animal e homem”, em termos de racionalidade (e não de total “instintualidade”), de não-necessidade e liberdade (e também de potencialidade para atuar e escolher sob o impulso da vontade). Ir ao “coração” permite evidenciar também o valor humano das decisões e a força do amor<sup>16</sup>. Assim podemos “experimentar diretamente” o humano e sentir-nos capazes de agir além das medidas “excessivamente humanas”, em vista de “algo a mais” de humanidade para todos e cada um, o que deveria ser a finalidade das finalidades de cada ação social. O subjetivo e o objetivo, a convicção e a verdade se encontram no relacionamento com uma intrínseca e superior transcendência de verdade e de valor.

Neste nível é que o homem não só se sente impelido a praticar a justiça, mas também a esforçar-se, humilde e sinceramente, para que se possam intuir e escolher perspectivas melhores e diversas daquelas que levaram ou levam somente para efeitos negativos, de destrutividade e de morte. O bom coração, de fato, reconhece o próprio limite e a necessidade do auxílio mútuo e da colaboração. Sabe perder algo no momento, para poder alcançar algo de mais humano e mais duradouro no tempo. O bom

coração é também generoso: sabe renunciar ao “direito” do ressarcimento (por aquilo que lhe faltou ou o fez sofrer) e também sabe renunciar, ao menos em parte, ao direito de retornar à mesma posição humano-social conculcada. O bom coração sabe também “vencer” (ou, pelo menos, lutar e colaborar), com a oferta da reconciliação gratuita, para um bem maior e mais vasto, mais pleno e mais fecundo, para todos. O bom coração está consciente da fragilidade própria e alheia. Por isso, sabe que o perdão concedido pode ser recusado, pode deixar as pessoas indiferentes ou até suscitar ressentimentos. O perdão não tem nenhuma garantia histórica quanto à eficácia sobre as pessoas perdoadas. E isso é muito mais verdadeiro quando a gente se encontra em situações, nas quais a ofensa foi (ou foi percebida como) recíproca, onde o ter razão e o não ter razão são situações presentes nas duas partes. Por isso o perdão pode ser somente dado e pedido num tempo só. Neste sentido, como foi dito, o gesto complexivo do perdão<sup>17</sup> inclui a proposta de reconciliação e de colaboração para algo melhor. Em âmbito político, isso exige que o perdão se torne concretamente vontade de “realizar a paz” e de pedir a colaboração de todos para “se construir juntos a paz”. A fragilidade do perdão e da reconciliação requer de todas as partes relacionadas com esta causa que creiam ser possível realizar a paz e que se ponham ou devem ser postas as condições jurídicas, institucionais, socioeconômicas para construir a paz em plenitude. Com outras palavras, a paz requer que se creia na possível vontade de bem, apesar de toda prova contrária, mas, ao mesmo tempo, pede a firmeza e a aceitação da vigilância nos confrontos com a sempre possível vontade de fazer o mal, a qual está presente em todo ato humano.

A não-violência se torna assim o elemento portante da política, entendida não tanto como “arte do possível”, mas, antes, “como arte do impossível”, como disse Gerry Adams, o líder do *Sinn Fein* (o movimento nacionalista irlandês), o qual, desde 1994, vai conduzindo as tratativas para a pacificação da Irlanda do Norte.

## 5. Perspectivas educativas

Neste grande esforço social, que pode fazer a educação? Que contribuição pode dar?

O Papa, na sua mensagem, fala da necessidade de “uma renovação geral, no coração das pessoas e nas relações entre os povos da terra”<sup>18</sup>. E falou isso logo depois de ter salientado que “o perdão poderia parecer uma fraqueza; na realidade, tanto para ser concedido, como para ser aceito, supõe uma grande força espiritual e uma coragem moral a toda prova. Longe de diminuir a pessoa, o perdão a conduz a uma humanidade mais plena e mais rica, capaz de refletir em si um raio do esplendor do Criador.”<sup>19</sup>

Deste ponto de vista, o Papa demonstra a convicção de que “o serviço que as religiões podem prestar, em favor da paz e contra o terrorismo, consiste exatamente *na pedagogia do perdão*, porque o homem, que perdoad ou pede perdão, compreende que há uma Verdade maior do que ele; acolhendo-a, o homem pode transcender a si mesmo”<sup>20</sup>.

Neste sentido, se procurará indicar algumas pistas educativas, sem que se tenha a pretensão de esgotar o assunto ou de dar-lhe a solução definitiva<sup>21</sup>.

### 5.1. *Entre dificuldades e escolhas educativas de verdade e de bem*

Vivemos num contexto de complexidade “contextual” e de dificuldades vitais em todos os níveis. Como se falou em diversas partes do mundo, hoje temos mais clara a impressão de que a globalização se demonstra mais complicada do que podia parecer aos próprios adversários da globalização. Todavia os educadores permanecem como pessoas voltadas “para o crescimento e a boa qualificação pessoal dos jovens (mesmo “travessos” e maldispostos) e “para a parte do bem” (mesmo quando seja profundamente minoritário ou seja somente um miligrama no meio de um monte de maldade).

Certamente, também graças ao uso difundido e generalizado

dos novos meios de comunicação, a informação cresceu, as indicações de leitura e de compreensão das realidades e dos acontecimentos se multiplicaram, mas, ao mesmo tempo, se tornou mais forte o conflito das interpretações e, talvez, se tenham escurecido as próprias evidências éticas subjetivas que permitiam poder “escutar a voz da consciência” e, por essa voz, ser estimulado a decidir-se e empenhar-se para o bem, para o belo, para o bom, para o útil, de maneira livre e humanamente digna. Hoje nos falta até o conforto daqueles instrumentos interpretativos (usando um termo técnico, “hermenêuticos”), que podiam ser, a seu modo, as ideologias. Por outro lado, na cena cultural, se multiplicam as ofertas de ideais e de modelos, de visões do mundo e de fé. A secularização da existência ameaçou a estrutura eclesiástica das confissões religiosas tradicionais, mas parece ter deixado insatisfeito o desejo da religiosidade. Não se acreditando mais conforme as maneiras tradicionais, começou-se a crer como cada um quer, em tudo ou em quase tudo. Não confiando mais em Deus, a pessoa se entrega ao horóscopo, aos astros, aos gurus, aos falsos carismáticos, e isto significa que se buscam novas formas de religiosidade (e disto pode ser sinal, a seu modo, o próprio proliferar das seitas, mas também o florescer de muitas novas denominações religiosas e eclesiais). Na incerteza e na insegurança “aumentada” (e, em posição contrária, na vontade de certeza e de potência), crescem as adesões “fundamentalistas” religiosas e políticas. Neste sentido é importante superar tanto o subjetivismo das opiniões, quanto o relativismo das afirmações, recuperando, de um lado, o sentido da pesquisa, mas, doutro lado, recuperando o sentido da legitimidade da própria verdade pessoal, embora limitada com relação à Verdade transcendente que nos supera a todos.

Sob este ponto de vista, a escola e toda outra forma de educação institucionalizada ou não (começando da educação familiar, mas também da “educação” paralela e concorrente da mídia e de outros meios de comunicação, eclesial ou associativa), tanto em nível de educação formal, quanto em nível de educação informal, têm o dever de ajudar:

1) a *aprender e a partilhar* os princípios e os valores daquela que Jacques Maritain chamava a “Carta Democrática” (“fundamentalidade” da pessoa humana e dos seus direitos/deveres, “democraticidade” da vida social organizada, liberdade e justiça da produtividade e do mercado, desenvolvimento sustentável, equitativo e solidário para todos e cada um, promoção de uma cultura humanamente digna, condições e serviços para iguais oportunidades pessoais, profissionais, civis);

2) a *fazer convergir no empenho “atuante”* de tais princípios e valores para uma cidadania pacífica e democrática em todo lugar e em todos os níveis;

3) a aprender e praticar o diálogo e o “confronto” civil com relação àquilo que se refere às *diferenças de justificação* dos princípios e às *motivações* que sustentam o empenho operativo. Tais diferenças não só devem ser toleradas, mas devem ser consideradas legítimas, pois constituem uma riqueza, porque permitem compreensões melhores e deixam entrever possibilidades de ações inéditas.

## 5.2. *A vigilância crítica e o cuidado da mentalidade cultural*

Muitas dificuldades crescem também por causa de certas convicções culturais modernas, que se estão tornando comuns, quanto aos modos de entender a liberdade e a vida. Somando tudo, poder-se-ia obter o efeito contrário, se se insinua, nos cérebros e nos corações, a onipotência e não os limites, a materialidade da existência e não a transcendência espiritual, o individualismo e não a abertura para o outro (que pode ser inimigo, mas também amigo), o “privatismo” ou a homologação social em vez da co-participação e da corresponsabilidade comunitária para “idealidades” e projetos exatamente comuns, isto é, de todos e de cada um.

Neste sentido a primeira obra formativa é certamente repensar a cultura e a mentalidade de pertença. Hoje esse “repensar” é favorecido (provocado, até) pela acentuada e aumentada “multiculturalidade” da vida social, que quase obriga



a abrir-se ao confronto e ao diálogo “intercultural”, o que é certamente fadigoso, mas também potencialmente enriquecedor. Em todo caso, hoje mais do que nunca, se requer o empenho crítico com relação àquilo que pensamos ou como pensamos, sob pena de nos tornarmos vítimas do próprio subjetivismo, do preconceito social, das “modas” do tempo, das formas obsoletas e ligadas ao lugar e ao momento. A “criticidade” é, aliás, uma conquista e uma característica da modernidade ocidental, que, apesar dos seus limites, resolveu abrir-se à objetividade, à mundialidade, à universalidade, à clareza e à transparência das relações sociais. Além disso, nas suas formas mais altas, procurou conjugar sempre liberdade e responsabilidade.

Trocar de século não basta. A normalidade adquirida, nestes últimos decênios, depois da guerra fria, está no fim da sua corrida, como se fosse uma instalação elétrica que, montada por volta dos anos 60, não consegue mais satisfazer todos os pedidos de energia que deve emitir hoje. Torna-se necessária uma mentalidade que possa confrontar-se com uma globalização assumida em toda a sua complexidade e ambivalência. Seria triste se o vigésimo primeiro século não fosse nada mais do que a repetição do século XX. Esse foi o século da luta pela democracia, pela liberdade e pelo bem-estar social de todos, mas foi também o século dos vários totalitarismos políticos, da intolerância ideológica e da dominação político-econômica imperialista. Foi o século das lutas pelas liberdades modernas e pela tutela dos direitos humanos, mas - como afirmou o prêmio Nobel da paz de 1986, Elie Wiesel - foi também “o século que derrotou a razão e a religião”<sup>22</sup>.

Portanto, eu gostaria de dizer que uma outra pista fundamental educativa, para todos, na perspectiva da educação permanente, deverá exatamente ser o cuidado e a vigilância crítica da mentalidade pessoal e comunitária para evitar os efeitos perversos, talvez não propositais, de tipo dominativo e de morte, que podem provir dos prejuízos, dos mecanismos de defesa, das “visões” do mundo e da vida, das convicções e das perspectivas de valores partilhadas, mas excessivamente limitadas, arcaicas, inculturadas.

“Pensar” a ação social e o desenvolvimento futuro na maneira devida e conforme “lógicas”, métodos e práticas sociais (e particularmente educativas) não-violentas, dialógicas, tratando e sublimando os conflitos, talvez seja o desafio e a alternativa mais séria para obrigar (a fazer uma mudança qualitativa) as aspirações e as liberdades modernas (que não foram realizadas no fim do século passado), superando as energias que este nosso início de século parece trazer consigo, como efeito de inércia.

Como declara o Estatuto da Unesco, “na mente dos homens começam as guerras, e na mente dos homens devem estar erguidas as defesas da paz”.

### *5.3. O empenho moral e o “permanente” cuidado de si e dos outros*

Os estudiosos de moral e de pedagogia divulgaram que o fato de agir livremente em vista do bem não é espontâneo. Requer informações, mas exige também empenho moral (os estóicos diziam “ábstine” [abstém-te] e “sústine” [agüenta]) e pede decisões, seja porque se nos apresentam indicações geralmente obscuras, múltiplas, em parcial ou total alternativa; seja porque, como dizia o antigo poeta romano, Ovídio (mas algo de semelhante afirma-o também S. Paulo), pode-se ver o bem e até aprová-lo, mas depois seguir o pior. Por tal motivo, a tradição cristã sempre recordou que, além do exercício ascético, sempre necessitamos da graça de Deus e do Espírito do Senhor para realizarmos o bem.

Uma vida de liberdade passa também (tanto para os jovens quanto para os adultos) por um caminho bom, honesto, e pede certamente “busca”, ascese, disponibilidade, abertura, humildade, sentido do limite. A “busca” da verdade e da moralidade, bem como a prática da justiça e da paz, são condições para capacidades consolidadas por decisões e escolhas corajosas de liberdade e responsabilidade. Também a força do perdão pede que se trabalhe na educação do coração, a fim de que se saiba “elaborar” o luto por aquilo que se perde. Essa força do perdão pede também que se saiba canalizar e sublimar o impulso de agressividade e de vingança contra

idéias e valores mais altos e que, pelo contrário, se saiba aceitar o erro, a culpa, e recomeçar a caminhar no bem.

Além disso, a consciência pedagógica contemporânea convence-se sempre mais de que a opção fundamental para a vida das pessoas é para o bem e que o posicionar-se ao lado do bem é, ao mesmo tempo, condição e também obra laboriosa de boa construção de si. Nisto a consciência pedagógica está muito ligada ao auxílio, à bondade, à confiança nas pessoas que estão perto de nós, e também aos estímulos favoráveis do ambiente circunstante, do momento histórico em que vivemos, das mil e uma circunstâncias felizes, nas quais nos encontramos e nas quais se realiza a nossa existência individual e coletiva. É empenho de toda a vida, não de um ato tomado abstratamente. O caráter de “processualidade” e de educação permanente são condições já consideradas fundamentais para a formação no nosso tempo. Assim se compreende sempre melhor que a finalidade da promoção de uma vida livre e corajosa deve ser sustentada pela busca da boa qualidade da vida nas suas diversas idades, nas suas diversas circunstâncias e nas suas diversas dimensões. Neste sentido, a educação permanente é considerada como educação “ao longo de toda a vida”, “em todas as situações de vida”, “de toda a vida”.

Isto exige, em particular:

1) que se renove e melhore (e se ajudem os outros a formar-se e melhorar) constantemente a identidade pessoal psicológica, cultural, social, ética e religiosa; identidade que seja satisfatória e se torne condição de possibilidade para a ação livre e responsável e para a própria colocação na situação histórica comunitária. A educação – tanto em relação aos outros, quanto em relação a nós mesmos – torna-se assim uma gradual e contínua promoção da autonomia pessoal, uma ajuda a superar a dependência ou a dispersão anônima nos outros, no grupo ou na massa. Mas, no desenvolvimento da intrínseca abertura para com os outros, a educação torna-se também obra de conscientização e de iniciação no comum processo histórico de crescimento: pessoal, de grupo, comunitário, social, humano.

2) que se saiba olhar (e ensinar a olhar) concretamente para a realidade pessoal e circunstante, humana, social, ambiental, histórica. Nesta maneira, se poderão colher melhor possibilidades e limites, de si e dos outros, em si e no ambiente. Uma educação assim exigirá que se conheçam as idéias e os princípios de valor, presentes na vivência da própria prática de vida, que exigem uma tomada de decisão e uma resposta para a sua “atuação”, construção e introdução renovadora. É aqui que está o coração e é aqui que a orientação escolar encontra o seu ponto focal.

3) que se tenham (e se ensine a ter) aquelas atitudes de respeito, de apreço, de empenho, de fidelidade, de abertura aos outros e aos valores presentes neles e no ambiente circunstante, mas também se cultive a fantasia criativa e se promovam capacidades de perspectiva, de “ulterioridade”, de transcendência (além de saber enfrentar o “belo risco” de agir em vez de ficar bloqueado na indecisão ou na posição cômoda de quem não quer arriscar nada e por nada).

4) que se adquira (ou se faça adquirir) uma prática concreta do reforço das próprias capacidades de coragem pessoal, na cansativa participação na tomada de decisões e nas atividades da vida escolar. Em casos excepcionais, pode ser necessário estar presente até no empenho civil e nas atividades sociopolíticas, que alguns empreendem dentro das organizações profissionais e de trabalho, nas estruturas de participação na vida urbana, civil, “partidária”, eclesial.

5) que se chegue a adquirir (ou se faça adquirir) competências, consolidadas e motivadas, gerais e específicas, ou, como hoje se diz, transversais e disciplinares. Serão elas que irão dar, concretamente, clareza e eficácia ao agir, mas também hão de ser o motivo da esperança que está em nós.

Deste ponto de vista deve certamente ser reavaliado o papel de socialização que a escola pode realizar. Claro que a escola e a docência não se podem reduzir a um “fórum aberto de vária humanidade”. Todavia não se pode fingir que aquilo que aconteceu no dia 11 de setembro seja como um fato não acontecido. Entre as

finalidades da escola pública de toda ordem e grau, estatal ou não, existe a de pôr as bases cognitivas, emotivas e comportamentais, para uma vida civil, caracterizada pela democracia. A escola deve realizar isto segundo a sua modalidade de reflexão aberta, dialógica, crítica e motivada, buscando razões nos significados, nas motivações e nos horizontes de valor que nos vêm do melhor da nossa cultura e que estão condensados nas disciplinas escolares e nos princípios constitutivos da vida e da prática do ensino (princípios que, na Itália, se referem explicitamente aos princípios e à cultura constitucionais, no horizonte das declarações internacionais dos direitos humanos e dos direitos dos “menores”).

#### *5.4. Educar à superação do fundamentalismo religioso*

A atribuição da responsabilidade do ato terrorístico contra as Torres gêmeas e contra o Pentágono a grupos de fundamentalistas islâmicos levou muita gente a interrogar-se, com inquietude, sobre as aberrações do fundamentalismo religioso. Mas, examinando bem a questão, chega-se a concluir que, para alimentar o terrorismo, não é necessário o fundamentalismo religioso e não é somente este fundamentalismo que alimenta o terror organizado: basta o fundamentalismo ideológico. Sem recuar muitos séculos, lembrando os vários “jacobinismos” das revoluções da idade moderna ou os dos totalitarismos ou do racismo do século passado, basta pensar no terrorismo dos anos de chumbo da segunda metade dos anos 70. Basta pensar no terrorismo que, embora de maneira menos rígida, mas, nem por isso, menos dominadora, destrutiva e necrófila, é apresentado por certo machismo, pelo economicismo, pelo imperialismo político. Não é necessariamente preciso servir-se de uma “palavra de Deus” ou de um “Deus o quer” para deduzir ou justificar a radicalidade da ação terrorística. Mas, do ponto de vista da pedagogia religiosa, fica claro que o fundamentalismo de todo terrorismo “obscurece o nome de Deus”, como recordou o Papa, pois o terrorismo nega o poder de Deus sobre todos e sobre tudo; nega ser Ele a última referência do existir, da eticidade e da felicidade

humana; nega o seu misterioso vulto jamais dominado pela mente e pelo poder humano, quer se olhe para Ele como à imensidão, na qual os homens estão mergulhados, ou como à última necessidade das contingências humanas e cósmicas.

Sob este ponto de vista, parece importante, hoje mais do que no passado, uma ação educativa de tipo religioso, que ajude a descobrir as riquezas das religiões, nas suas fanáticas e rígidas expressões: em nome daquela religião em espírito e verdade que, segundo Evangelho de S. João, é aquilo que é “supremamente” querido e amado por Deus. No fundo, trata-se de levar mais a sério a transcendência de Deus a respeito de toda compreensão humana da relação religiosa com Ele.

É digna de consideração a sentença, que me parece ser de Isaac Newton, segundo a qual, um insuficiente conhecimento religioso abre facilmente o caminho para o fundamentalismo e ao preconceito, ao passo que um conhecimento religioso profundo abre o caminho para a invocação e para o humilde reconhecimento dos outros e de Deus.

Naquilo que se refere à catequese e à prática religiosa cristã, ninguém pode ficar longe das aquisições teológicas, elaboradas pelo Concílio Vaticano II, sobre a liberdade religiosa, sobre o ecumenismo, sobre a evangelização dos povos, sobre a hierarquia das verdades de fé, sobre o diálogo ecumênico e com as outras religiões, ou com todos os homens de boa vontade, a respeito de problemas ligados à liberdade ou a uma ética universal e humanamente digna. Essa ética seria contraditada nos fatos, se não se visse praticada no íntimo da vida eclesial.

O Papa lembrou que “as confissões cristãs e as grandes religiões da humanidade devem colaborar entre si para eliminar as causas sociais e culturais do terrorismo, ensinando a grandeza e a dignidade da pessoa e difundindo uma maior “consciência” (*consapevolezza*) da unidade do gênero humano. Trata-se de um preciso campo do diálogo e da colaboração ecumênica e inter-religiosa, para as religiões prestarem um serviço urgente à paz entre os povos”<sup>23</sup>.

No artigo que citamos mais vezes<sup>24</sup>, Clinton nota que isso não é fácil. Gandhi não foi assassinado por um muçulmano, mas por um hindu, porque Gandhi queria uma Índia para os muçulmanos, para os jainistas, para os “sikh” e para os hindus. Anwar Sadat foi morto, faz vinte anos, não por um comando israelense, mas por um egípcio fanático, o qual não considerava Sadat um bom muçulmano, porque queria secularizar o Egito e fazer a paz com Israel. Yitzha Rabin foi morto, não por um terrorista palestino, mas por um israelense, que não considerava Rabin um bom hebreu ou um israelense fiel, porque queria renunciar a uma vida de matanças em troca de uma paz segura que desse aos palestinos uma pátria e reconhecesse os interesses deles a respeito de Jerusalém.

### **Conclusão: redescobrir os fios invisíveis da vida**

O documento da Conferência Episcopal Italiana (= CEI), *Comunicar o Evangelho num mundo em mudança*, evidencia que a esperança convida a redescobrir, juntamente com todos os homens e mulheres de boa vontade, os “fios invisíveis da vida”, pelos quais nada se perde na história e todas as coisas podem ser resgatadas e adquirir um sentido<sup>25</sup>. Destes fios invisíveis da vida, parece-me “central”, antes de mais nada, o sentido de uma vida no tempo e no espaço, no mundo e na história: se não se tem consciência da continuidade “espaço-temporal” da existência própria e dos outros, não há possibilidade de esperança. A vida (mas ainda se pode falar dela?) se reduz a um complexo (mas pode-se dizer isso?) de sensações desligadas, a emoções e “saídas” de necessidades e de desejos sem direção e sem outra meta fora do seu imediato e isolado atendimento. Mas é assim também a consciência da intrínseca racionalidade, coexistência e “co-liberdade” do viver humano individual e coletivo: sem o sentido da alteridade, do outro (e do outro que é Deus) e do “nós” humano (todos somos humanos, mesmo nas variadas configurações e “particularizações” étnicas, culturais, sociais), o risco da queda no subjetivismo, e até no narcisismo, torna-se verdadeiramente alto.

Neste contexto, se compreende também, sobretudo em nível educativo, a importância da consciência da global e comum humanidade, mas também dos processos relativos às gerações. Como declarava aquele grande educador que foi o P. Lourenço Milani, “o professor deve ser, o mais possível, profeta, perscrutar os ‘sinais dos tempos’, adivinhar nos olhos dos meninos as coisas belas que eles verão claramente amanhã e que nós só enxergamos de maneira confusa”<sup>26</sup>.

## Notas

<sup>1</sup> Cf. NANNI, C. (Ed.). *Pace, giustizia, salvaguardia del creato*. Roma: LAS 1998, p. 74-75.

<sup>2</sup> Cf. GIDDEN, A. *Il mondo che cambia*. Bologna: Il Mulino 2000; LA FAY, G. *Capire la globalizzazione*. Bologna: Il Mulino 1998; MANTOVANI, M. - TURUTHIYL, S. (Ed.). *Quale globalizzazione?: L’ “uomo planetario” alle soglie della mondialità*. Roma: LAS 2000; MORIN, E. *Introduzione al pensiero complesso*. Milano: Sperling; Kupfer, 1995.

<sup>3</sup> CLINTON, B. Diamo scuole a quei milioni di bimbi poveri. In: *Corriere della Sera*, 4ª feira, 09.01.2002, p. 1 e 12 (o título original é: *2002 Global Viewpoint*, e é distribuído por Los Angeles Syndacate International. A tradução italiana é de Mônica Lewy).

<sup>4</sup> Ibidem, p. 1.

<sup>5</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>6</sup> Cf. NANNI, C. L’educazione alle soglie del XXI secolo, in: *Salesianum*, 62, p. 667-682, 2000.

<sup>7</sup> CLINTON, B. *Diamo scuole...*, p. 12.

<sup>8</sup> JOÃO PAULO II. *Não há paz sem justiça; não há justiça sem perdão*. Mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz, 1º de janeiro de 2002 (citaremos conforme os números da edição da Cidade do Vaticano, Libreria Editrice Vaticana, 2002). As seguintes citações foram tiradas dos números 4-5.

<sup>9</sup> Ibidem, n. 5.

<sup>10</sup> Ibidem, n. 5.

<sup>11</sup> CLINTON, B. *Diamo scuole...*, p. 12.



<sup>12</sup> A respeito deste ponto, é interessante ler a encíclica *Sollicitudo rei socialis*, n. 33. Na verdade também a política é para o homem, não o contrário; e a subjetividade política é de todos, porque é de cada pessoa e de todas as pessoas, na sua “concretude” histórica. A pessoa (indivíduo, grupo, comunidade, povos) é a fonte do direito, é o sujeito, o fundamento e o fim de toda política e de toda economia. Sobre esta questão, pode-se ver o aprofundamento de TOSO, M. *Umanesimo sociale*, Roma, LAS 2001, p. 185 e ss.

<sup>13</sup> Cf. JOÃO PAULO II. *Não há paz...*, n. 8.

<sup>14</sup> *Ibidem*, n. 9.

<sup>15</sup> *Ibidem*.

<sup>16</sup> RIZZI, A. Dalla giustizia alla pace: il perdono In: NANNI, C. *Pace, giustizia...*, p. 51 e seguintes (aqui nos referimos sobretudo às páginas 33-34 e 46).

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 41-43.

<sup>18</sup> JOÃO PAULO II. *Não há paz...*, n. 10.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> *Ibidem*, n. 13.

<sup>21</sup> Grande parte do que segue é uma retomada, uma reorganização e uma complementação do que escrevi em alguns artigos: Globalizzazione e tecnologie educative: quali ripercussioni nel far scuola, in: *La Scuola e l'Uomo*, 58, 7-8, p. 195-197 - 2000; L'educazione ai tempi del terrorismo, *Ibidem*, 10, p. 280-282; Educare alla pace in tempo di terrorismo?, *Ibidem*, 11, p. 311-312; Per vivere coraggiosamente il presente aperti con fiducia al futuro, *Ibidem*, 59, 1, p. 3-5, 2000.

<sup>22</sup> Cf. o seu livro-entrevista, *Il male e l'esilio*. Milano: Baldini, Castoldi, 2001.

<sup>23</sup> JOÃO PAULO II. *Non c'è pace...*, n. 12.

<sup>24</sup> CLINTON, B. *Diamo scuole...*, p. 12.

<sup>25</sup> CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA, *Comunicare il Vangelo in un mondo che cambia*. Roma: Dehoniane, 2001, n. 2.

<sup>26</sup> “Lettera ai giudici” - MILANI, L. *L'obbedienza non è più una virtù*. Firenze: Libreria Editrice Fiorentina, 1965, p. 37.